



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Procedimento PRPA/MPF nº 1.23.000.000165/2021-64

Interessado: Assessoria de Comunicação

1 – OBJETO

O presente termo de referência tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de clipping jornalístico *online*.

2 – JUSTIFICATIVAS

2.1 Da contratação

O Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal estabelece como visão “até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção”. Na perspectiva “comunicação e conhecimento”, foi estabelecido como objetivo “institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa”. A repercussão na mídia é um dos indicadores determinados para avaliar o alcance deste objetivo. Dentro do painel de contribuição da Secretaria de Comunicação, também foi definido como objetivo de contribuição “incrementar a presença positiva da instituição nos veículos de imprensa”.

O clipping jornalístico é a ferramenta base para aferir se esses objetivos estratégicos do Ministério Público Federal estão sendo cumpridos. Além disso, é a base para a definição de estratégias de atuação de qualquer assessoria de imprensa. O monitoramento das notícias de interesse da instituição é como um termômetro que indica ao Ministério Público Federal o impacto de sua atuação sobre a sociedade e a repercussão de suas ações.

Assim, faz-se necessária a contratação de empresa especializada no serviço de clipping que seja capaz de monitorar amplamente os veículos jornalísticos, a fim de fornecer ao Ministério Público Federal no Pará subsídios para o trabalho de assessoria de Comunicação.

2.2 Do caráter contínuo da contratação

O objeto desta contratação é considerado serviço de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XI da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

XI. Clipping eletrônico;

2.3. Do alinhamento ao Planejamento Estratégico

A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (2011-2020), instituído pela [Portaria PGR n. 687, de 20 de dezembro de 2011](#).

2.4 Da justificativa para enquadramento como serviços comuns

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº [Lei nº 10520/2002](#) e o [Decreto 10.024/2019](#), por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

3 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A SEREM ADOTADOS

3.1 Sustentabilidade econômica:

Considerando que o valor global máximo estimado desta licitação perfaz o montante de **R\$ 56.121,84 (cinquenta e seis mil, cento e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos)** e que a nova redação do art. 48, I da [Lei Complementar n.º 123/2006](#) pela LC 147/2014 estabelece que a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o presente certame deverá ser exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.2 Sustentabilidade social:

Declarar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão, não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta aos arts. 1º e 170 da [CR/88](#); 149 do [Código Penal Brasileiro](#); ao [Decreto nº 5.017/2004](#) (promulga o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Protocolo de Palermo) e às Convenções da OIT nº [29](#) e [105](#) conforme anexo do Edital do Pregão Eletrônico;

4 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1 A contratação dos serviços será pela forma de execução indireta e pelo regime de empreitada por preço global.

4.2 O serviço deverá abranger sites noticiosos de interesse do Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), compreendendo a seleção de conteúdo e envio por e-mail, para a Assessoria de Comunicação (Ascom), do conteúdo selecionado. Quando solicitada em regime de urgência, a entrega será imediata.

4.3 O objeto e sua execução compreendem:

- Monitoramento de mídia online local

O monitoramento de conteúdo deverá obedecer aos parâmetros descritos neste item:

A – PERFIL DO MONITORAMENTO

PALAVRAS-CHAVE RELACIONADAS DIRETAMENTE À INSTITUIÇÃO:

- a) Ministério Público Federal;
- b) MPF;
- c) Procuradoria da República;
- d) Procurador-chefe da Procuradoria da República;
- e) Procuradora-chefe da Procuradoria da República;
- f) Procurador-chefe do MPF;
- g) Procuradora-chefe do MPF;
- h) Procurador da República;
- i) Procuradora da República;
- j) Procuradoras da República;
- k) Procuradores da República;
- l) Ministério Público Eleitoral;
- m) MP Eleitoral;

- n) Procuradoria Regional Eleitoral;
- o) Procurador Regional Eleitoral;
- p) Procuradora Regional Eleitoral;
- q) Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão;
- r) PRDC;
- s) Procurador Regional dos Direitos do Cidadão;
- t) Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão;
- u) Procuradoria-Geral da República;
- v) Procurador-Geral da República;
- w) Procuradora-Geral da República;
- x) Subprocurador-Geral da República;
- y) Subprocuradora-Geral da República;
- z) Procuradoria-Geral Eleitoral;
- aa) Procurador-geral Eleitoral;
- ab) Procuradora-geral Eleitoral;
- ac) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- ad) Procurador Federal dos Direitos do Cidadão;
- ae) Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;
- af) Procuradoria Regional da República;
- ag) Procurador Regional da República;
- ah) Procuradora Regional da República;

PALAVRAS-CHAVE RELACIONADAS À ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

- a) Acordo de leniência;
- b) Alimentação escolar;
- c) Anticorrupção;
- d) Anticrime;
- e) Bem tombado;
- f) Bens tombados;
- g) Bem público;
- h) Bens públicos;
- i) Caixa dois;
- j) Colaboração premiada;
- k) Conselho Nacional de Justiça;
- l) CNJ;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

- m) Conselho Nacional do Ministério Público;
- n) CNMP;
- o) Controladoria-Geral da União;
- p) CGU;
- q) Compra de voto;
- r) Compra premiada;
- s) Comunidade tradicional;
- t) Comunidades tradicionais;
- u) Corrupção;
- v) Crime ambiental;
- w) Crimes ambientais;
- x) Crime cibernético;
- y) Crimes cibernéticos;
- z) Crime contra a administração;
- aa) Crimes contra a administração;
- ab) Crime contra a saúde pública;
- ac) Crimes contra a saúde pública;
- ad) Crime contra o sistema financeiro;
- ae) Crimes contra o sistema financeiro;
- af) Crime de responsabilidade;
- ag) Crimes de responsabilidade;
- ah) Crime eleitoral;
- ai) Crimes eleitorais;
- aj) Crime federal;
- ak) Crimes federais;
- al) Crime na internet;
- am) Crimes na internet;
- an) Crime praticado por funcionário público;
- ao) Crime organizado;
- ap) Crime pela internet;
- aq) Crimes pela internet;
- ar) Crime tributário;

- as) Crimes tributários;
- at) Dano ao erário;
- au) Delação premiada;
- av) Delações premiadas;
- aw) Descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
- ax) Desembargador federal;
- ay) Desembargadora federal;
- az) Desmatamento;
- ba) Desvio de recursos públicos;
- bb) Desvios de recursos públicos;
- bc) Desvio de verbas públicas;
- bd) Desvios de verbas públicas;
- be) Direito do consumidor;
- bf) Direitos do consumidor;
- bg) Direitos dos consumidores;
- bh) Direito humano;
- bi) Direitos humanos;
- bj) Enriquecimento ilícito;
- bk) Estradas federais;
- bl) Fiscalização da atividade policial;
- bm) Formação de cartel;
- bn) Formação de cartéis;
- bo) Fraude a licitação;
- bp) Fraudes a licitações;
- bq) Fundo nacional;
- br) Fundos nacionais;
- bs) Garimpo;
- bt) Garimpos;
- bu) Grilagem;
- bv) Hidrelétrica;
- bw) Hidrelétricas;
- bx) Improbidade;
- by) Indígena;
- bz) Indígenas;
- ca) Índio;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

- cb) Índios;
- cc) Juiz eleitoral;
- cd) Juiz federal;
- ce) Juíza eleitoral;
- cf) Juíza federal;
- cg) Justiça Eleitoral;
- ch) Justiça Federal;
- ci) Lavagem de dinheiro;
- cj) Meio ambiente;
- ck) Merenda escolar;
- cl) Migrante;
- cm) Migrantes;
- cn) Mineração ilegal;
- co) Patrimônio cultural;
- cp) Patrimônio histórico;
- cq) Patrimônio público;
- cr) Pirâmide financeira;
- cs) Polícia Federal;
- ct) Pornografia infantil;
- cu) Programa nacional;
- cv) Programas nacionais;
- cw) Propaganda eleitoral antecipada;
- cx) Propaganda eleitoral irregular;
- cy) Proteção a testemunha;
- cz) Queimada;
- da) Queimadas;
- db) Quilombola;
- dc) Quilombolas;
- dd) Quilombo;
- de) Quilombos;
- df) Racismo;
- dg) Reforma agrária;

- dh) Refugiado;
- di) Refugiados;
- dj) Recurso federal;
- dk) Recursos federais;
- dl) Rodovias federais;
- dm) Saúde pública;
- dn) Sistema carcerário;
- do) Sistema penitenciário;
- dp) Sistema prisional;
- dq) Sobrepreço;
- dr) Superfaturamento;
- ds) Superior Tribunal de Justiça;
- dt) STJ;
- du) Supremo Tribunal Federal;
- dv) STF;
- dw) Terreno de Marinha;
- dx) Terrenos de Marinha;
- dy) Tortura;
- dz) Trabalho escravo;
- ea) Tráfico de pessoas;
- eb) Tráfico internacional de drogas;
- ec) Transporte escolar;
- ed) Tribunal de Contas da União;
- ee) TCU;
- ef) Tribunal Regional Eleitoral;
- eg) TRE;
- eh) Tribunal Regional Federal;
- ei) TRF;
- ej) Tribunal Superior Eleitoral;
- ek) TSE;
- el) Verba federal;
- em) Verbas federais;

Outras palavras-chave poderão ser acrescentadas ao longo da vigência do contrato. Serão, ainda, acrescentados os nomes dos(as) procuradores(as) da República em exercício no MPF/PA e o nome do(a)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

procurador(a)-geral da República, com a formatação do exemplo abaixo:

Prenome e sobrenomes – palavras-chave originadas: nome completo e prenome mais o(s) sobrenome(s) pelo(s) qual(is) a pessoa é mais conhecida.

Nos casos de nomes com ocorrência muito frequente de homônimos, a palavra-chave gerada deverá conter o cargo ocupado pela pessoa.

Os nomes dos(as) procuradores(as) da República em exercício e do(a) procurador(a)-geral da República com as respectivas palavras-chave geradas serão comunicadas à empresa pela Ascom.

B – ABRANGÊNCIA DO MONITORAMENTO

Listamos abaixo os veículos que estarão no pacote de acompanhamento do serviço de clipping:

O Liberal (<http://oliberaldigital.orm.com.br>)

Diário do Pará (<https://www.diarioonline.com.br/digital>)

G1 Pará (<https://g1.globo.com/pa/para/>)

G1 Santarém e Região (<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/>)

TV Liberal – Belém e região (<https://globoplay.globo.com/regiao/pa/belem-e-regiao/>)

TV Tapajós – Santarém e região (<https://globoplay.globo.com/regiao/pa/santarem-e-regiao/>)

SBT Pará (<https://www.youtube.com/c/sbtpara/videos>)

Roma News (<http://www.romanews.com.br/>)

TV Vale do Xingu (<https://www.youtube.com/c/VALEDXINGUOFICIAL/videos>)

OLiberal.com (<https://www.oliberal.com/>)

Diário Online (<https://www.diarioonline.com.br/>)

Ver-o-Fato (<https://ver-o-fato.com.br/>)

Blog da Franssinete Florenzano (<http://uruatapera.blogspot.com/>)

Jeso Carneiro (<http://www.jesocarneiro.com.br/>)

RBATV (<http://www.tvrba.com.br/programas/>)

Zé Dudu (<https://www.zedudu.com.br/>)

Correio de Carajás (<https://correiodecarajas.com.br/>)

Hiroshi Bogéa Online (<http://www.hiroshibogea.com.br/>)

Gazeta de Santarém (<http://gazetadesantarem.com.br/>)

Lúcio Flávio Pinto (<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/>)

Agência Pará – governo do Estado (<https://agenciapara.com.br/noticias.asp>)

Record Altamira (https://www.youtube.com/channel/UCBWIGtJF-D2LyB_3peNmd5Q/videos)

Bacana News (<https://bacana.news/>)

Rede de Notícias da Amazônia (<http://redenoticiasamazonia.com.br/>)

Outros sites noticiosos locais poderão ser acrescidos ao longo da vigência do contrato.

4.3.2 – Apresentação do Clipping: A apresentação das informações constantes do clipping



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

deverá ser:

- a. Sóbria, simples e organizada, de forma sequencial, facilitando a leitura;
- b. As notícias devem ser agrupadas de acordo com a data de publicação. As notícias publicadas na data do envio do clipping ou em datas de dias não úteis compreendidos pelo clipping devem ser agrupadas em bloco intitulado com o dia e o mês de publicação das notícias do bloco, no formato DD/MM. As demais notícias devem ser agrupadas em um bloco único intitulado Anteriores;
- c. As notícias devem vir relacionadas com seus respectivos títulos, primeiro parágrafo e/ou parágrafo que cita a principal palavra-chave identificada pelo monitoramento, nome do veículo, e link para a publicação original.
- d. No caso de notícias de veículos que só liberam o acesso ao conteúdo a assinantes, a notícia tem que ser transcrita na íntegra, e também deve constar nome do veículo e link para a publicação original.

4.3.3 – Divulgação de Informações: As informações (notícias clipadas) devem ser enviadas para o e-mail da Ascom (prpa-ascom@mpf.mp.br) em formato texto com links.

4.3.4 – Prazos e Formas de Disponibilização das Notícias do Clipping: O clipping deverá ser enviado até as 12h00 de cada dia útil, com as notícias publicadas pelos veículos monitorados entre as 11h00 do dia anterior e as 11h00 da data do envio do clipping. As notícias publicadas em dias não úteis devem ser enviadas no primeiro dia útil seguinte, em conjunto com as notícias desse mesmo dia útil.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO A SER ADOTADO:

5.1 A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

5.2 O valor mensal estimado desta contratação é de R\$ 4.676,82 (quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos), perfazendo o valor total anual de R\$ 56.121,84 (cinquenta e seis mil, cento e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos).

Item	Descrição	Quantidade	Valor Mensal Máx (R\$)	Valor Anual Máx (R\$)
1	Clipping jornalístico <i>online</i> , conforme especificações contidas no Anexo I do Edital (Termo de Referência)	12 meses	4.676,82	56.121,84
Valor Global Anual				56.121,84

5.3 Deverá ser adotado como critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração critério de **menor preço global por item**, conforme o caso, tendo como referência o menor valor entre as médias e as medianas dos orçamentos coletados no mercado.

6 – DO LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 A Unidade do MPF responsável é a Procuradoria da República no Pará – PRPA, *localizada na sede provisória da Rua Domingos Marreiros, nº 690, Umarizal, Belém/PA*; Assessoria de Comunicação – ASCOM, telefones (91) 3299-0212 / (91) 3299-0148 / (91) 98402-2708, e-mail: prpa-ascom@mpf.mp.br.

6.2 A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em **Ordem de Serviço** específica, emitida pelo **Gestor do Contrato**.

6.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar **telefone e e-mail** para atender aos chamamentos do CONTRATANTE relativos a esta contratação, os quais deverão estar disponíveis em horário comercial, das 8h às 18h. A CONTRATADA deverá responder aos chamamentos no prazo de **3 (três) horas úteis**, confirmando o recebimento da solicitação;

6.4 Em caso de recusa dos serviços contratados, por não atendimento às especificações, a CONTRATADA **deverá corrigir o(s) serviço(s) não aceito(s) no prazo máximo de 2 (duas) horas para o boletim diário, a contar do aviso da rejeição**.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A CONTRATANTE, além de observar as especificações dos serviços, conforme elencado neste Termo de Referência, obrigar-se-á ao constante na Cláusula Décima da Minuta do Contrato anexo a esse Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA, além de observar as especificações dos serviços, conforme elencado neste Termo de Referência, obrigará-se ao constante na Cláusula Décima Primeira da Minuta do Contrato anexo a esse Termo de Referência.

9 – DO RECEBIMENTO

9.1 Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

9.1.1 Provisoriamente, mediante recibo, em até **02 (dois dias)** após o encerramento do mês em que foi efetuada a entrega diária do clipping, nos dias úteis. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Anexo A, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços.

9.1.2. Definitivamente, mediante recibo, em até **05 (cinco) dias** após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto na própria Nota Fiscal.

9.2 Caso os serviços estejam em desconformidade com o especificado no contrato, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de **3 (três) dias** contados da data de recebimento da notificação.

9.2.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

10 – DO CONTRATO

10.1 Após a homologação da licitação, será formalizado o termo de contrato, conforme minuta do **ANEXO B**, que terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da [Lei 8.666/93](#).

10.2 O instrumento contratual deverá ser firmado por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema do Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, disponível por

meio do endereço <https://apps.mpf.mp.br/spe>, garantida a eficácia das Cláusulas.

10.3 O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da homologação do certame para realizar o pré-cadastro do representante legal da empresa no Sistema de Peticionamento Eletrônico, caso ainda não o possua.

10.3.1 O pré-cadastro no referido sistema deverá ser realizado mediante os seguintes procedimentos:

- a) acessar o portal disponível no endereço <https://apps.mpf.mp.br/spe> e preencher o formulário de pré-cadastro.
- b) após o preenchimento do formulário, é necessária a validação do pré-cadastro, que pode ocorrer via certificado digital pelo próprio interessado. Caso não possua certificado digital, o representante legal da empresa deverá se apresentar em qualquer unidade do MPF portando o documento informado e o CPF (não é necessário comprovar o endereço informado). Na hipótese de não existir uma unidade do MPF na cidade, poderá ser enviado cópia autenticada em cartório por meio dos correios.
- c) uma vez validado o cadastro, o interessado receberá as instruções de senha por e-mail. Após a definição da senha será possível realizar a assinatura de qualquer documento eletrônico, bem como realizar petições ao MPF em todo o território nacional.

10.4 O contratante terá o prazo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento do e-mail para assinatura do contrato eletronicamente.

10.5 Em caso de motivo justificado, o fornecedor poderá realizar a assinatura manual do instrumento contratual e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do e-mail encaminhado pela Procuradoria da República no Pará (PR/PA), para realizar o envio do documento assinado à PR/PA.

10.6 Os prazos estipulados nesta cláusula poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Procuradoria da República no Pará, sob pena de decair o direito à contratação.

10.7 Em conformidade com o disposto § 2º do art. 10 da [MPV 2.2002/01](#), a assinatura do contrato pelo representante oficial da CONTRATADA, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do instrumento contratual.

11 – GARANTIA CONTRATUAL

11.1 A CONTRATADA, além de observar as especificações dos serviços, conforme elencado neste Termo de Referência, obrigará-se ao constante na Cláusula Nona da Minuta do Contrato anexa a esse Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

12 – DO FATURAMENTO

12.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, emitida a partir do recebimento provisório dos serviços, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme [Lei nº 12.440/2011](#).

12.2 Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “*ISS a ser recolhido por substituição tributária*”, conforme legislação vigente.

12.2.1 A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

12.2.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

12.3 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso;

12.4 A empresa deverá informar no campo “Observações” da Fatura/Nota Fiscal os dados bancários para execução do pagamento.

13 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos serviços efetivamente prestados, em moeda nacional, em até **05 (cinco) dias úteis** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

13.2 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

13.3 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do

prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

13.4 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

13.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

13.5.1 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do [Decreto nº 93.872/1986](#).

13.6 A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal para pagamento, deduzidos de eventuais descontos oriundos da aplicação dos critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado.

13.6.1. A fatura mensal poderá sofrer glosas caso não contemple os descontos acima.

13.7 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar junto a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a [Lei Complementar nº 123/2006](#).

14 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

14.1 O preço inicialmente contratado dos serviços poderão ser reajustados mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, a data a que a anterior tiver se referindo, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE para o período de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

doze meses encerrado em junho do exercício anterior, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

14.2 Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

15 – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será permitida subcontratação do objeto licitado.

16 – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

16.1 A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Contrato.

17 – DO CONSÓRCIO

17.1 Não há necessidade de consórcio devido ao pequeno porte da contratação, a qual pode ser suportada por apenas uma empresa sem a necessidade de auxílio técnico ou operacional de outras empresas.

18 – DAS SANÇÕES

18.1 Conforme Cláusula Décima Quarta da Minuta do Contrato anexo a esse Termo de Referência.

19 – DA HABILITAÇÃO

19.1 Não será exigida comprovação de experiência mínima na execução do serviço objeto desta contratação, tendo em vista tratar-se de serviço de baixa complexidade técnica.

20. DO ORÇAMENTO DETALHADO:

20.1 A despesa decorrente do serviço objeto desta contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados ao Ministério Público da União, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2022, na Categoria Econômica 33.90.39.59 – (COMUNICAC2), e, nos próximos exercícios, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

Belém/PA, **XX de XXXX** de 2022.

Atividade	Assinam eletronicamente	Base Legal
Elaboração	<p>Murilo Hildebrand de Abreu Analista do MPU/Comunicação Social Ascom-PR/PA</p> <p>Renata Ramos Vieira Técnico(a) do MPU/Administração CA/PR/PA</p>	<p><u>Decreto 10.024/2019</u></p> <p><i>Art. 14º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:</i></p> <p><i>I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;</i></p>
Aprovação	<p>Aprovo Termo de Referência por entender que o disposto no encargo da contratação atende de forma eficiente e eficaz a necessidade da administração.</p> <p>CARLOS RICARDO MOURA DOS SANTOS Coordenador de Administração da PR/PA</p>	<p><u>Decreto 10.024/2019</u></p> <p><i>Art. 14º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:</i></p> <p><i>II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar</i></p>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO A – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O Instrumento de Medição de Resultados, conforme IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.1.1 A Contratada obriga-se a aceitar a aferição dos serviços, conforme definição dos indicadores e descontos previstos no item 3 deste Acordo.

1.1.2 O não cumprimento reiterado deste Acordo poderá ensejar, além das penalidades previstas no Edital e Contrato, a rescisão contratual, garantida a ampla defesa e contraditório.

2. DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO

2.1 A aferição dos serviços será realizada ao final de cada período de faturamento, nos termos do recebimento provisório, sob a responsabilidade do Fiscal do Contrato.

2.1.1 Verificado o não cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Acordo, o Fiscal determinará a adequação do pagamento à Contratada, comunicando a empresa para que emita a Nota Fiscal com valores contemplando os descontos previstos no item 3.

2.1.2 Não será necessária a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento.

2.1.3 Além da adequação dos descontos previstos neste Acordo, poderão ser aplicadas, independentemente, as demais penalidades previstas no Edital e Contrato, tais como multa, impedimento de licitar e contratar, entre outros, garantidos a ampla defesa e contraditório.

2.1.4 Inicialmente, será concedido prazo de adaptação da contratada a essa metodologia de avaliação da prestação dos serviços, concedendo-se prazo inicial de 30 (trinta) dias, nos quais, ainda que ocorra a avaliação do IMR, não serão aplicados os descontos ali convencionados.

2.2 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de satisfação, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

2.3 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

3. DOS INDICADORES DE AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “bom”, “razoável”, “insatisfatório” e “péssimo”, equivalente aos valores 3, 2, 1 e 0 para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

3.2 Serão três itens distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

ITENS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	3	9
2	2	6
3	1	3
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		18

3.3 As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto	Classificação
14 a 18	0%	BOM
12 e 13	2%	RAZOÁVEL
10 e 11	3%	RAZOÁVEL
8 e 9	5%	INSATISFATÓRIO
6 e 7	10%	PÉSSIMO

3.4 Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 10 pontos.

3.5 Haverá rescisão contratual nas seguintes condições:

- Desconto de 10% por mais de três vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação.
- Pontuação abaixo de 6 pontos.
- Pontuação inferior a 10 pontos por três meses consecutivos.

DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS	PONTOS
---	--------



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM 1: Qualidade do boletim diário	
O boletim diário apresentou todas as matérias consideradas relevantes	3
Ocorrência de até 2 omissões de matérias consideradas relevantes	2
Ocorrência de até 5 omissões de todas as matérias consideradas relevantes	1
Ocorrência de mais de 5 omissões de matérias consideradas relevantes	0
ITEM 2: Pontualidade na entrega do boletim diário	
Entrega de todos os boletins diários dentro do prazo estipulado e sem prévia justificativa de possível atraso	3
Entrega de até 3 boletins diário com atraso	2
Entrega de até 5 boletins diários com atraso	1
Seis ou mais boletins diários entregues com atraso (quantificar)	0
ITEM 3: Pontualidade na entrega de material solicitado em regime de urgência	
Entrega de todo o material solicitado no prazo máximo de até 6 horas	3
Até 1 ocorrência de atraso na entrega do material solicitado	2
Até 2 ocorrências de atraso na entrega do material solicitado	1
Três ou mais ocorrências de atraso na entrega do material solicitado (quantificar)	0

ANEXO B – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2022 - MPF/PA
PR-PA-00000000/2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
 SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A
 UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
 PARÁ E A EMPRESA [REDACTED], PARA
 EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE *CLIPPING*
 JORNALÍSTICO *ONLINE***

Processo de Gestão Administrativa (PGEA): *colocar o número do PGEA do contrato*

Celebram, entre si, justo e avençado, as seguintes cláusulas e condições, por força do presente instrumento, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, e em conformidade com o contido no **PGEA nº 1.23.000.00XXXX/202X-XX**, referente ao Pregão Eletrônico nº [REDACTED], considerando as disposições estabelecidas na [Lei nº 10.520](#), de 17/07/02, [Decreto nº 3.555](#) de 08/08/2000, [Decreto nº 9.507](#), de 22/07/18, [IN SLTI/MPOG nº 05/2017](#) e [Ofício-Circular nº 3/2008 – AUDIN/MPU](#), e ainda, as disposições contidas na [Lei nº 8.666/93](#), de 21/06/93, atualizada, a CONTRATANTE e a CONTRATADA a seguir qualificadas:

CONTRATANTE União Federal, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ (PR-PA):

Endereço: Rua Domingos Marreiros, nº 690, Umarizal, Belém/PA

CNPJ: 26.989.715/0019-31

Representada por: RENATO TABOSA KOCH COUTINHO, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2889176, inscrito no CPF/MF sob o nº 891.306.002-78, no uso de sua competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 168, de 30/05/2022, desta Procuradoria da República, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 41 do [Regimento Interno Administrativo do Ministério](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Público Federal, aprovado por meio da Portaria SG/MPF n. 382, de 05/05/2015, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário Estadual Substituto, Sr. NOBUO HINO, brasileiro, casado, servidor público, Cédula de Identidade nº 2917927 – SSP/PA, CPF nº 260.313.612-72, nomeado por meio da Portaria nº 168, de 30/05/2022, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA **NOME:**

Endereço comercial: ;

CNPJ: ;

E-mail: ;

Representada por: NOME, *nacionalidade, estado civil, documento de identidade, CPF n.*, Sócio-Gerente, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada pelo contrato social.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de CLIPPING JORNALÍSTICO ONLINE, para a Procuradoria da República no Pará, em conformidade com os quantitativos e especificações constantes deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1 Os serviços deverão ser executados conforme as especificações contidas no Termo de Referência que subsidia a presente contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 O objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.23.000.00XXXX/202X-XX, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

I) Edital de Pregão nº XX/2022;

II) Ata da Sessão do Pregão, de XX/XX/2022;

III) Proposta da CONTRATADA datada de XX /XX /2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1 A Unidade do MPF responsável é a Procuradoria da República no Pará – PRPE, *localizada na Rua Domingos Marreiros, nº 690, Umarizal, Belém/PA*; Assessoria de Comunicação – ASCOM, telefones (91) 3299-0212 / (91) 3299-0148 / (91) 98402-2708, e-mail: prpa-ascom@mpf.mp.br.

Parágrafo Primeiro - A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em **Ordem de Serviço**, emitida pelo Fiscal do Contrato, contado a partir do recebimento da referida Ordem.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone e e-mail para atender aos chamamentos do CONTRATANTE relativos a esta contratação, os quais deverão estar disponíveis em horário comercial, das 8h às 18h. A CONTRATADA deverá responder aos chamamentos no prazo de 3(três) horas úteis, confirmando o recebimento da solicitação;

Parágrafo Terceiro - Em caso de recusa dos serviços contratados, por não atendimento às especificações, a CONTRATADA deverá corrigir o(s) serviço(s) não aceito(s) no prazo máximo de 2 (duas) horas para o boletim diário, a contar do aviso da rejeição.

CLÁUSULA QUINTA– DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único – O contrato poderá ser rescindido, sem ônus, mediante comunicação da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 dias, indicando motivo relevante relacionado ao interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta recursos específicos consignados ao Ministério Público da União, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2022, na Categoria Econômica 33.90.39.59 – (COMUNICAC2), e, nos próximos exercícios, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

Parágrafo Único – Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho nº **2022NE000XXX**, em **XX/XX/XX**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1 O valor mensal deste Contrato é de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX)**, totalizando o valor global de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX)**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado com base nos procedimentos descritos no Capítulo VIII da [Instrução Normativa MPF/PGR nº 174/2019](#).

8.2 O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, está limitado ao prazo máximo de trinta dias corridos contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1 A CONTRATADA prestará garantia no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da [Lei nº 8.666/1993](#).

9.1.1 O descumprimento do prazo implicará na retenção automática do valor equivalente dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante o CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, se procederá à cobrança pela via judicial.

9.1.2 O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato, ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da CONTRATADA ou, ainda, para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

9.1.3 A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório e, ainda, às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias inadimplidas.

9.1.4 O prazo para que o CONTRATANTE cientifique a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da consumação do fato.

9.1.5 A garantia prestada deverá vigorar por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

9.1.6 A garantia deverá ser integralizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento no valor contratual.

9.1.7 A garantia oferecida na modalidade fiança bancária, deverá:

9.1.7.1 Ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

9.1.7.2 Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;

9.1.7.3 Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;

9.1.7.4 Estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento;

9.1.7.5 Ser irretratável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da [Lei 8.666/1993](#), previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

9.1.8 A garantia oferecida na modalidade títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da [Lei 10179/2001](#).

9.1.9 A garantia oferecida na modalidade caução em dinheiro deverá ser depositada junto à Caixa Econômica Federal, em favor da Procuradoria da República no Pará, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

9.1.10 A garantia oferecida na modalidade de seguro-garantia deve mencionar na apólice, expressamente, a cobertura de eventuais demandas trabalhistas e previdenciárias nas quais o CONTRATANTE responde solidariamente ou subsidiariamente com a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Caberá à Contratante:

- a. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Termo de Contrato e **Edital n. xx**;
- b. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- c. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
- d. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;
- e. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;
- f. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- g. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela à CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- h. O CONTRATANTE, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato;

- i. Será(ão) nomeado(s) Fiscal(is) do Contrato, que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento de condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;
- j. O(s) Fiscal(is) do Contrato terá(ão) os poderes estabelecidos na Seção III da [Portaria nº 174/2019 do SG/MPF](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a. Indicar formalmente seu preposto;
- b. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;
- c. Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidade especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em estrita conformidade com as especificações constantes no contrato, e no que forem aplicáveis, com as normas da ABNT e com a legislação vigente;
- d. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a entender;
- e. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, após a notificação formal do CONTRATANTE;
- f. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;
- g. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;
- h. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;
- i. Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de

- comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado em relação a eventuais alterações;
- j. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus representantes ou prepostos, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
 - k. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;
 - l. Não será aceito, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
 - m. Comunicar o CONTRATANTE, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - n. Manter um responsável pela realização do serviço de clipping e para manter contato com o CONTRATANTE para identificar temas de interesse e atender a avaliação do serviço prestado;
 - o. Incluir palavras-chave, dentro do perfil de monitoramento, para pesquisa, solicitadas sem custo adicional durante a vigência do contrato;
 - p. Atender aos chamados do CONTRATANTE em no máximo 3 (três) horas e solucionar as pendências, às suas expensas, em no máximo 5 (cinco) horas;
 - q. Desempenhar os serviços por intermédio de profissionais devidamente especializados e qualificados;
 - r. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo fiel cumprimento das obrigações deste Contrato e **Edital n. xx** com a devida observância dos direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas e *knowhow*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive de honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do Ministério Público Federal, por acusação da espécie, podendo a CONTRATADA a ser instada a intervir no processo;
 - s. A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente pelos serviços contratados, em especial pelos custos decorrentes de direitos autorais exigidos pelos veículos de comunicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

11.2 É vedado à CONTRATADA:

- a. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;
- b. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade da CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
- c. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- d. Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual;
- e. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
- f. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas no contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1 O preço inicialmente contratado dos serviços mensais poderão ser reajustados mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, a data a que a anterior tiver se referindo, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE no período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Único - Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

13.1 Fica estabelecido para fins de fiscalização contratual o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme IN nº05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um ajuste escrito, entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

13.1.1 A Contratada obriga-se a aceitar a aferição dos serviços, conforme definição dos indicadores e descontos previstos no item 13.3 deste Acordo.

13.1.2 O não cumprimento reiterado deste Acordo poderá ensejar, além das penalidades previstas no Edital e Contrato, a rescisão contratual, garantida a ampla defesa e contraditório.

13.2 DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO

13.2.1. A aferição dos serviços será realizada ao final de cada período de faturamento, nos termos do recebimento provisório, sob a responsabilidade do Fiscal do Contrato.

13.2.2 Verificado o não cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Acordo, o Fiscal determinará a adequação do pagamento à Contratada, comunicando a empresa para que emita a Nota Fiscal com valores contemplando os descontos previstos no item 13.3.

13.2.3 Não será necessária a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento.

13.2.4 Além da adequação dos descontos previstos neste Acordo, poderão ser aplicadas, independentemente, as demais penalidades previstas no Edital e Contrato, tais como multa, impedimento de licitar e contratar, entre outros, garantidos a ampla defesa e contraditório.

13.2.5 Inicialmente, será concedido prazo de adaptação da contratada a essa metodologia de avaliação da prestação dos serviços, concedendo-se prazo inicial de 30 (trinta) dias, nos quais, ainda que ocorra a avaliação do IMR, não serão aplicados os descontos ali convencionados.

13.2.5.1 Esse prazo de carência é válido somente nos primeiros 12 meses de vigência contratual, não se repetindo na hipótese de prorrogação do vínculo.

13.2.6 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de satisfação, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.2.7 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.3 DOS INDICADORES DE AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

13.3.1 A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “bom”, “razoável”, “insatisfatório” e “péssimo”, equivalente aos valores 3, 2, 1 e 0 para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

13.3.2 Serão três itens distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cálculo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

ITENS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	3	9
2	2	6
3	1	3
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		18

13.3.3 As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto	Classificação
14 a 18	0%	BOM
12 e 13	2%	RAZOÁVEL
10 e 11	3%	RAZOÁVEL
8 e 9	5%	INSATISFATÓRIO
6 e 7	10%	PÉSSIMO

13.3.4 Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 10 pontos.

13.3.5 Haverá rescisão contratual nas seguintes condições:

- a) Desconto de 10% por mais de três vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação.
- b) Pontuação abaixo de 6 pontos.
- c) Pontuação inferior a 10 pontos por três meses consecutivos.

DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS	PONTOS
ITEM 1: Qualidade do boletim diário	
O boletim diário apresentou todas as matérias consideradas relevantes	3

Ocorrência de até 2 omissões de matérias consideradas relevantes	2
Ocorrência de até 5 omissões de todas as matérias consideradas relevantes	1
Ocorrência de mais de 5 omissões de matérias consideradas relevantes	0
ITEM 2: Pontualidade na entrega do boletim diário	
Entrega de todos os boletins diários dentro do prazo estipulado e sem prévia justificativa de possível atraso	3
Entrega de até 3 boletins diário com atraso	2
Entrega de até 5 boletins diários com atraso	1
Seis ou mais boletins diários entregues com atraso (quantificar)	0
ITEM 3: Pontualidade na entrega de material solicitado em regime de urgência	
Entrega de todo o material solicitado no prazo máximo de até 6 horas	3
Até 1 ocorrência de atraso na entrega do material solicitado	2
Até 2 ocorrências de atraso na entrega do material solicitado	1
Três ou mais ocorrências de atraso na entrega do material solicitado (quantificar)	0

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES E RECURSOS

As Sanções Administrativas serão regidas pela [Instrução Normativa SG/MPF n.º 02/2020](#), de 03 de março de 2020, que estabelece os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos, sem prejuízo e aplicando-se no que couber da lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DO RECEBIMENTO

15.1 Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

- I. Provisoriamente, mediante recibo, em até **02 úteis** (dois dias úteis) após efetuada a entrega do relatório mensal. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Anexo A do Termo de Referência, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços.
- II. Definitivamente, mediante recibo, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto dos serviços prestados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

15.2 Caso os serviços estejam em desconformidade com o especificado no contrato, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da notificação.

Parágrafo Único - Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA RESCISÃO

16.1 A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula das Penalidades, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

16.2 A rescisão deste Contrato poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
- II. amigável, rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993.

16.3 A rescisão unilateral ou bilateral deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.4 De conformidade com o §2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será permitida subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

18.1 A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CONTRATANTE para que esta

delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção deste Contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FATURAMENTO

19.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Pará, CNPJ n.º 26.989.715/0019-31, emitida após o recebimento provisório dos serviços, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei n.º 12.440/2011.

Parágrafo Primeiro - Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

19.1.1 A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

19.1.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

Parágrafo Segundo - Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

Parágrafo Terceiro - A empresa deverá informar no campo “Observações” da Fatura/Nota Fiscal os dados bancários para execução do pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES

20.1 O presente Termo poderá nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover as supressões ou os acréscimos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VALIDADE

21.1 O presente contrato somente terá validade depois de aprovado pelo Secretário Estadual da Procuradoria da República no Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador Chefe da PR/PA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

22.1 A publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial e de seus Termos Aditivos que porventura vierem a ocorrer deverá ser providenciada pela Administração, às suas expensas, nos termos do parágrafo único do art.61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1 Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Pará para dirimir quaisquer dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

23.2 E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes.

Belém, Pará, *data de assinatura eletrônica.*

Assinado Eletronicamente
Renato Tabosa Koch Coutinho
Secretário Estadual - MPF/PA

Assinado Eletronicamente
Nome do Representante
Nome da Contratada

Testemunhas:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00025751/2022 TERMO DE REFERÊNCIA nº 18-2022**

.....
Signatário(a): **RENATA RAMOS VIEIRA**

Data e Hora: **21/06/2022 16:36:49**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MURILO HILDEBRAND DE ABREU**

Data e Hora: **21/06/2022 20:47:28**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **CARLOS RICARDO MOURA DOS SANTOS**

Data e Hora: **27/06/2022 15:47:28**

Assinado com certificado digital

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0faa19d7.762d8088.9c9a3cd8.3ac66cb9